

Indicadores de governança em iniciativas para o Desenvolvimento Sustentável: O caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**DAVID BARBALHO PEREIRA**UFPB - Universidade Federal da Paraíba
davidufrn@gmail.com**ALLISON HALEY DOS SANTOS**UFPB - Universidade Federal da Paraíba
allisonahs7@gmail.com**LAURA FONSECA**Universidade Federal da Paraíba
laurams.fonseca@gmail.com



INDICADORES DE GOVERNANÇA EM INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Resumo

Analisa os aspectos conceituais de governança considerados na elaboração dos indicadores consolidados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de pesquisa bibliográfica voltada para o conceito e dimensões da governança e desdobramentos na sua mensuração. Considera como categoriais de análise de indicadores de governança os seguintes elementos: accountability; eficácia; integração e cooperação entre stakeholders; integridade; participação social; e transparência. Apresenta como resultados uma expressiva defasagem em uma abordagem integral do conceito na Agenda 2030 – fator que tende a estagnar a mensuração de importantes metas dos ODS. Aponta a necessidade de pesquisas futuras voltadas para a identificação dos desafios na construção e consolidação de indicadores de governança, principalmente em escala global.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento sustentável. Governança. Indicadores.

Abstract

It analyzes the conceptual aspects of governance considered in the elaboration of the consolidated indicators in the Sustainable Development Objectives (ODS), based on a bibliographical research focused on the concept and dimensions of governance and unfolding in its measurement. It considers as categories of analysis of governance indicators the following elements: accountability; efficiency; Integration and cooperation among stakeholders; integrity; Social participation; Transparency. It presents as results an expressive lag in an integral approach to the concept in Agenda 2030 - a factor that tends to stagnate the measurement of important ODS goals. It points out the need for future research aimed at identifying the challenges in the construction and consolidation of governance indicators, especially on a global scale.

Keywords: Sustainable Development Objectives. Governance. Indicators.



1 Aspectos introdutórios

Dada a multiplicidade de *stakeholders* envolvidos na consecução de iniciativas e pactos voltados para o Desenvolvimento Sustentável (DS), emerge o desafio de desenvolver arranjos e mecanismos de governança que fomentem condições institucionais para a gestão orientada para o DS. Essa preocupação se coloca recorrentemente nas discussões que envolvem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, quando considerada a complexidade e subjetividade inerente ao conceito e condições favoráveis à “boa governança”, emergem as seguintes questões: Como acompanhar o progresso e consolidação dos mecanismos de governança? Os processos de monitoramento e avaliação e indicadores propostos nos ODS são capazes de apreender as diversas nuances do conceito?

É sabido que o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação possuem como base a consolidação e análise periódica e continuada de indicadores que possibilitem a apreensão de aspectos da realidade. Coloca-se como desafio central desses processos a construção de painéis de indicadores que possibilitem a mensuração e visualização do progresso de metas e objetivos, orientando as instâncias de tomada de decisão quanto às áreas prioritárias de ação, melhoria no desempenho e alcance de resultados.

Embora se notem esforços de diversos organismos internacionais na elaboração de indicadores de DS, observa-se a carência de informações que subsidiem o processo de tomada de decisão. Além disso, coloca-se um dilema científico na adoção de indicadores e medidas que representem de forma consistente as metas para se atingir um nível de DS uniforme em todas as regiões do planeta.

Enquanto conceito multidimensional, o desenvolvimento de ações para o DS demanda de robusta estrutura institucional e de governança, dada a diversidade de *stakeholders* nele envolvido e as diversas escalas para nas quais tais iniciativas são empreendidas. Reconhecendo que a consolidação de indicadores se coloca como fator primordial no desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação de iniciativas de DS, o presente trabalho é motivado pela seguinte questão: Como a governança é mensurada pelos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

2 Percurso metodológico

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva e exploratória, fazendo uso da análise de dados secundários por meio de abordagem qualitativa. São adotadas como técnicas de pesquisa a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3
Pesquisa bibliográfica: Governança.	Categorização das dimensões e princípios para a boa governança. Elaboração de quadro referencial para análise.	Análise dos indicadores do ODS 16 e ODS 17 à luz das categorias de boa governança, conforme levantado na pesquisa bibliográfica.

Figura 1. Percurso metodológico da pesquisa

Fonte: Os autores (2017).

Inicialmente, realiza-se pesquisa bibliográfica voltada para a apreensão do conceito e dimensões compreendidas pela literatura sobre governança. Essa etapa subsidia a sistematização de aspectos a serem contemplados em indicadores voltados para a governança



no âmbito dos ODS, de modo a nortear a análise para o apontamento das áreas que demandam maior aprimoramento conceitual e metodológico na consecução da governança para o DS. A definição das categorias para análise considera a recorrência e relevância dos fatores nos conceitos de governança revisitados na literatura da área.

Considerando que a pesquisa documental “[...] cobre uma ampla variedade de fontes, incluindo estatísticas oficiais, fotografias, textos e dados visuais, em geral.” (May, 2004, p. 205), adota-se como documento de referência para análise a **Agenda 2030** (PNUD, 2015?. Não paginado) - documento que sistematiza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas respectivas metas e indicadores. De modo particular, são analisados os indicadores do ODS 16 “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” e ODS 17: “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” – voltados diretamente para aspectos de governança para o DS.

3 Sobre o conceito e princípios de Governança

O conceito de governança não é dotado de unanimidade dentre os estudos na área (Matias-Pereira, 2008). Da mesma forma que diferentes conceitos são postos na literatura, diversas são as percepções dos princípios que a sustentam – aspectos comumente identificados como características e diretrizes de uma “boa governança”. A Figura 2 exemplifica diferentes concepções de governança e boa governança localizados em diferentes perspectivas conceituais (gestão pública, governança corporativa, governança internacional, etc.).

Autoria	Concepção de governança e de boa governança
Independent Evaluation Group World Bank (2007, p. 71. Tradução nossa ⁱ .)	[...] estruturas, funções, processos e tradições organizacionais que foram implementadas no contexto do ambiente de implementação de um programa "para garantir que o [programa] seja executado de tal forma que ele atinja seus objetivos de forma efetiva e de forma transparente.
Matias-Pereira (2008, p. 34)	[...] capacidade governativa em sentido mais amplo, envolvendo a capacidade da ação estatal na implantação das políticas e na consecução das metas coletivas, incluindo “o conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade”.
SDSN (2014, p. 124. Tradução nossa ⁱⁱ)	O setor público, as empresas e outras partes interessadas se comprometem com a boa governança, incluindo a transparência, a responsabilidade, o acesso à informação, a participação, o fim do imposto e os paraísos secretos e os esforços para acabar com a corrupção.
Grupo Banco Mundial (2017, p. 3).	[...] o processo por meio do qual atores estatais e não estatais interagem para conceber e implementar políticas públicas no âmbito de um dado conjunto de regras informais que moldam e são moldadas pelo poder.

Figura 2. Compilação de conceitos de governança em iniciativas para o DS

Fonte: Independent Evaluation Group (IEG). World Bank. (2007) *Sourcebook for evaluating global and regional partnership programs indicative: principles and standards*. (p.71) Washington: IEG.

Matias-pereira, J. (2008). *Manual de gestão pública contemporânea*. 1. ed. (p. 34). São Paulo: Atlas.

Sustainable Development Solutions Network (SDSN). (2014). *Indicators for sustainable development goals: a report by the leadership*. (p. 124). Council of the Sustainable Development Solutions Network. [s.l.]: SDSN.

Grupo Banco Mundial. (2017). *Governança e a lei*. (p. 3). Washington: Banco Mundial. Relatório do desenvolvimento mundial.



Os recortes apontados possibilitam compreender a governança enquanto capacidade governativa de interação entre governo e demais *stakeholders* para processos de tomada de decisão na formulação e implementação de políticas públicas, adotando práticas de *accountability*, participação social e transparência.

Alguns aspectos perpassam diversas concepções na literatura da área. Como exemplo, cita-se a diversidade de atores sociais (estatais e não estatais) nas arenas de tomada de decisão e valores como transparência e *accountability*. Souza e Cândido (2009, p. 174) reforçam que no âmbito da administração pública, o significado da governança “[...] vem ultrapassando a dimensão operacional para incorporar aspectos da articulação dos mais diversos atores sociais e arranjos institucionais”. Além disso, entende-se como pertinente considerar a “[...] cooperação entre vários níveis de governo, setor privado e sociedade civil” (Nações Unidas, 2008, p. 21. Tradução nossaⁱⁱⁱ). Esse aspecto se coloca como contexto no qual se dão os mecanismos de governança.

A elaboração e implementação de políticas públicas envolvem uma negociação entre diversos atores. O ambiente no qual decisões (sobre políticas) são tomadas é a arena de negociação de políticas públicas – ou seja, o espaço em que diversos grupos e atores interagem e negociam aspectos de domínio público, e no qual os acordos resultantes levam a mudanças futuras nas regras formais (legislação). É nesse ambiente que a governança se manifesta. (Grupo Banco Mundial, 2017, p. 7)

Em uma perspectiva alinhada aos estudos da gestão pública, Matias-Pereira (2008) descreve um escopo de abordados na literatura da área de governança:

Os aspectos frequentemente evidenciados na literatura acadêmica sobre a governança estão relacionados: à legitimidade do espaço público em constituição; à repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados; aos processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e os mecanismos de coordenação); e à descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar. (Matias-Pereira, 2008, p. 35).

Enquanto conceito diretamente vinculado ao processo de tomada de decisões e interação entre *stakeholders*, observa-se significativo caráter de subjetividade à ele inerente – o que reflete enquanto desafio para mensuração e desenho de indicadores para os seus processos de monitoramento e avaliação.

O caráter multidimensional de políticas e estratégias de DS demanda a criação e fortalecimento da esfera institucional para viabilização e integração dos *stakeholders* nas arenas de tomada de decisão e consecução de políticas públicas, ao passo que “[...] o cumprimento de todos os objetivos de desenvolvimento [sustentável] exigira uma sólida compreensão de governança para viabilizar políticas públicas mais eficazes”. (Grupo Banco Mundial, 2017, p. 4). Costa et al (2012, p. 60) colocam que “embora de maneira transversal, o conceito de governança perpassa as preocupações dos tratados e conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável”. Dessa forma, a governança é colocada como condição necessária à efetividade de políticas de DS.

A diversidade de concepções e campos de estudo sobre a governança se refletem na diversidade de contribuições na literatura sobre os princípios que a fundamentam, conforme colocado na Figura 3.



International Federation of Accountants - IFAC (2001)	World Bank Institute (2008)	Stoddart et al (2011. Tradução nossa)
Princípios de governança ^{iv} : - Transparência; - Integridade; - Responsabilização Dimensões de governança ^v : - Padrão de comportamento; - Estruturas e processos organizacionais; - Controle de risco; - Relatório externo.	Dimensões da governança - Voz e responsabilidade; - Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo; - Eficácia do governo; - Qualidade normativa; - Regime de direito; - Controle da corrupção.	Princípios de governança ^{vi} : - Princípio da precaução; - Princípio do poluidor-pagador; - Responsabilidades comuns mas diferenciadas; - Acesso à informação, participação e justiça; - Bens globais comuns; - Equidade intergeracional; - Reforma das instituições internacionais regida por princípios de comunidade.

Figura 3. Princípios e dimensões de governança segundo IFAC (2001), Stoddart et al (2011) e World Bank Institute (2008)

Fonte: International Federation Of Accountants (IFAC). (2001). *Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective International Public Sector Study*. Nova Iorque: IFAC.

Stoddart, H. (ed.) et al. (2011). *A pocket guide to sustainable development governance*. Stakeholder Forum. Commonwealth Secretariat.

World Bank Institute. *Governance matters 2008: Indicadores de governança 1996-2007*. Documento online não paginado.

Norteados por diferentes ênfases e esferas de governança, as concepções elencadas pelo IFAC, World Bank Institute e Stoddart et al fazem uso de elementos comuns para sua estruturação. Para a realização da análise no presente trabalho, sugere-se o agrupamento desses princípios em seis categorias de análise: **accountability**; **eficácia**; **integração e cooperação entre stakeholders**; **integridade**; **participação social**; e **transparência**, conforme trazido na Figura 4.

Categoria	Descrição
[A] <i>Accountability</i>	Aspectos voltados para “[...] conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo-se dessa forma maior nível de transparência e a exposição pública das políticas públicas.” (Matias-Pereira, 2008, p. 36).
[B] Eficácia	Esforços, políticas e mecanismos voltados para mensuração e alcance de metas e objetivos pactuados para o DS nas escalas global, nacional e local.
[C] Integração e cooperação entre stakeholders	Desenvolvimento de mecanismos de integração entre os múltiplos <i>stakeholders</i> nas diversas escalas de políticas para o DS.
[D] Integridade	Combate ao exercício do poder público em benefício privado, inclusive as pequenas e grandes formas de corrupção, além do “aprisionamento” do estado pelas elites e pelos interesses privados. (World Bank Institute, 2008. Não paginado.).
[E] Participação social	Participação da população dos países na escolha do seus respectivos governos, liberdade de expressão, liberdade de associação e comunicação livres. (World Bank Institute, 2008. Não paginado).
[F] Transparência	Aspectos voltados para a publicização dos dados e informações governamentais; inteligibilidade de informações oriundas de mecanismos de avaliação e monitoramento de políticas públicas.

Figura 4. Quadro analítico para análise dos indicadores de governança

Fonte: Matias-pereira, J. (2008). *Manual de gestão pública contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Atlas.

World Bank Institute. *Governance matters 2008: Indicadores de governança 1996-2007*. (2008). Documento online não paginado.



Entende-se que a sistematização aqui proposta pode contribuir na análise de políticas e de aspectos de governança em políticas públicas de diversas naturezas, e principalmente voltadas para o DS. O tema se coloca com centralidade na agenda global e exige discussões que congregue *stakeholders* para além do poder público em seus diversos níveis de governo.

3.1 A dimensão Governança nos ODS

Reconhecido como o mais relevante acordo global voltado para o DS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consistem em um pacto acordado entre diversos países no ano de 2015 para uma agenda de intenções e objetivos a serem desenvolvidos nas escalas global, nacional e local para o quinquênio 2015-2030. O processo de sua construção é capitaneado pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do programa das Nações Unidas (PNUD). Estrutura-se em 17 grandes objetivos e 169 metas.

As discussões em governança devem permear todos os objetivos postos na Agenda 2030. No entanto, abordam de forma direta ODS 16 e 17 abordam de forma direta o desenvolvimento de aspectos e condições para governança.

O ODS 16 possui como tema “Paz, Justiça e Instituições Eficazes, objetivando: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (PNUD, 2015. Não paginado). Estrutura-se em 17 metas, conforme descrito na Figura 5.

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares.	16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.	16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.
6 indicadores	2 indicadores	1 indicador
16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.	16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
Não consta(m) indicador(es)	1 indicador	Não consta(m) indicador(es)
16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.	16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
Não consta(m) indicador(es)	18 indicadores	1 indicador
16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.	16.b promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.
1 indicador	2 indicadores	Não consta(m) indicador(es)

Figura 5. Metas do ODS 16

Fonte: Programa das Nações Unidas (PNUD). (2015). *Plataforma para agenda 2030*. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.agenda2030.com.br/consulta.php>. Documento *online* não paginado.



Já o ODS 17 versa sobre “Parcerias e Meios de Implementação”, explicitando como intenção principal “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (PNUD, 2015?. Não paginado). Nesse sentido, são traçadas 19 metas e respectivos indicadores, conforme exposto na Figura 6:

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.	17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento, inclusive o compromisso apresentado por vários países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento, e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; provedores de AOD são encorajados a considerarem definir uma meta para prover pelo menos 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo.	
Não consta(m) indicador(es)	Não consta(m) indicador(es)	
17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.	17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.	
1 indicador	1 indicador	
17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo.	17.6 Melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo global de facilitação de tecnologia global.	
Não consta(m) indicador(es)	1 indicador	
17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.	17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação	17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular
Não consta(m) indicador(es)	1 indicador	1 indicador
17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.	17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.	17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para
14 indicadores	Não consta(m) indicador(es)	
17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.	17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	



		facilitar o acesso ao mercado Questões sistêmicas
Não consta(m) indicador(es)	Não consta(m) indicador(es)	Não consta(m) indicador(es)
17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável	17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.	
Não consta(m) indicador(es)	Não consta(m) indicador(es)	
17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias Dados, monitoramento e prestação de contas.	17.18 Até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.	
Não consta(m) indicador(es)	1 indicador	
17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento		
3 indicadores		

Figura 6. Metas do ODS 17

Fonte: Programa das Nações Unidas (PNUD). (2015). *Plataforma para agenda 2030*. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.agenda2030.com.br/consulta.php>. Documento online não paginado.

Observa-se que das 31 metas elencadas, 15 não dispõem de indicadores desenhados para monitoramento e avaliação. Presume-se que a mensuração dos aspectos por elas contemplados se coloca como desafio central na análise de desempenho dos aspectos de governança.

4 Discussões e resultados

A interseção entre as categorias de governança e os indicadores dos ODS estão sintetizadas nas Figuras 7 e 8. A partir da análise do conteúdo das metas e indicadores, são identificados os casos nos quais as categorias de análise são contempladas no seu conteúdo. Essa interseção é sinalizada com o sinal “O” nas referidas Figuras. Ressalta-se que a vinculação dos indicadores às categorias propostas considera a meta nas quais se inserem.

Meta	Indicador	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]
16.5	Percentual de empresas enfrentando pelo menos um pedido de pagamento de suborno				O		
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento na Assembleia Geral da ONU			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no Banco Africano de Desenvolvimento			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no Banco Interamericano de Desenvolvimento			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no			O			



	Conselho de Segurança da ONU						
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no Corporação Financeira Internacional			O			
16.8	Percentual de direito a voto dos países em desenvolvimento no Fundo Monetário Internacional			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição da Corporação Financeira Internacional			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição da Organização Mundial do Comércio			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição do Banco Africano de Desenvolvimento			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição do Banco Interamericano de Desenvolvimento			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição do Conselho de Segurança da ONU			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas			O			
16.8	Percentual de países em desenvolvimento na composição do Fundo Monetário Internacional			O			
16.10	Número de casos de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses						O
16.a	Percentual de países com Instituições nacionais de Direitos Humanos independentes, em conformidade com os Princípios de Paris			O			
16.a	Percentual de países que aplicaram para o credenciamento de Instituições nacionais de Direitos Humanos independente em conformidade com os Princípios de Paris			O			

Figura 7. Indicadores do ODS 16 e categorias de análise de governança^{vii}

Legenda: [A] Accountability; [B] Eficácia; [C] Integração e cooperação entre stakeholders; [D] Integridade; [E] Participação social; [F] Transparência. Fonte: Programa das Nações Unidas (PNUD). (2015). *Plataforma para agenda 2030*. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.agenda2030.com.br/consulta.php>. Documento online não paginado.

Os indicadores do ODS 16 são fortemente orientados para a representatividade dos países em espaços de tomada de decisão, utilizando-se do percentual de países em desenvolvimento em organismos internacionais de desenvolvimento, segurança, desenvolvimento social e econômico, economia e comércio. Em menor expressão, são contemplados aspectos de combate à corrupção e transparência – referindo-se à disponibilidade de informações de segurança e justiça.

As categorias de *accountability* [A], eficácia [B] e participação social [E] não são contempladas de forma direta no referido *hall* de indicadores – fator que pode se colocar como grande desafio no fortalecimento das instituições rumo, uma vez que não são pensados indicadores para monitoramento desses aspectos.

Meta	Indicador	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]
17.3	Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total			O			
17.4	Percentual do serviço da dívida em relação à exportação de bens e serviços			O			
17.6	Assinaturas de Internet fixa de banda larga por 100 habitantes			O			



17.8	Percentual de indivíduos usuários de Internet			O			
17.9	Valor em dólares de assistência técnica e financeira desembolsado (incluindo por meio de Norte-Sul, Sul-Sul ou cooperação triangular) para países em desenvolvimento		O				
17.10	Tarifa média de importação de armamentos a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de armamentos a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.10	Tarifa média de importação de petróleo a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de petróleo a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.10	Tarifa média de importação de produtos agrícolas a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de produtos agrícolas a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.10	Tarifa média de importação de produtos industrializados a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de produtos industrializados a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.10	Tarifa média de importação de produtos têxteis a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de produtos têxteis a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.10	Tarifa média de importação de todos os produtos a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de todos os produtos a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.10	Tarifa média de importação de vestuário a nível mundial, do ponto de vista da condição preferencial			O			
17.10	Tarifa média de importação de vestuário a nível mundial, do ponto de vista da nação mais favorecida			O			
17.18	Número de países com um plano nacional de estatística que está totalmente financiado e em implementação			O			
17.19	Número de países que realizaram ao menos um censo populacional e habitacional nos últimos 10 anos		O				
17.19	Percentual de países que realizaram pelo menos um censo populacional nos últimos 10 anos		O				
17.19	Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística em países em desenvolvimento						O

Figura 8. Indicadores do ODS 17 e categorias de análise de governança

Legenda: [A] Accountability; [B] Eficácia; [C] Integração e cooperação entre stakeholders; [D] Integridade; [E] Participação social; [F] Transparência. Fonte: Programa das Nações Unidas (PNUD). (2015). *Plataforma para agenda 2030*. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.agenda2030.com.br/consulta.php>. Documento online não paginado.

Já nas metas do ODS 17, não são contempladas de forma direta as categorias de *accountability* [A], integridade [D] e participação social [E]. Destaca-se o expressivo *hall* de indicadores que contemplam a categoria de Integração e cooperação – aqui direcionado principalmente para indicadores de integração comercial entre os países. Não são identificados indicadores voltados para a integração e cooperação de *stakeholders* para processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas públicas.

Indicadores de natureza monetária são utilizados para mensurar aspectos compreendidos nas categorias de eficácia e transparência por meio do aprimoramento da capacidade estatística dos países. Embora as informações contempladas pelos indicadores monetários careçam de uma compreensão mais ampla dos vieses de governança e do DS, a



sua adoção possui maior viabilidade ao processo de monitoramento, uma vez que as informações já possuem coleta e sistematização consolidadas dos países inseridos nos fluxos comerciais globais. Aponta-se como desafio a elaboração e utilização de indicadores e métricas desenhadas especificamente para as dimensões social e ambiental.

Da forma como se coloca, o *hall* de indicadores voltados para a governança não possibilita o monitoramento e avaliação desse conceito no alcance dos ODS. Embora contemple nuances, desconsidera aspectos centrais no seu manejo, principalmente relacionados à *accountability* e participação social.

Entende-se que fatores como a diversidade de sistemas de governo, desenhos institucionais e mecanismos de gestão dos países se colocam como uma das principais causas na indefinição de indicadores dessa natureza, uma vez que são adotados nos países diversos desenhos e processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e processo de tomada de decisão.

Considerando que a sistemática adotada para coleta, sistematização e publicidade de informações governamentais se coloca como fator central no tratamento de várias nuances da boa governança, aponta-se como caminho a identificação e monitoramento desses mecanismos consolidados nas esferas nacionais como possibilidade na consolidação de indicadores de governança.

5 Considerações finais

Embora recorrentes na literatura voltada para caracterização da “boa governança”, as aspectos de *accountability* e participação social não são diretamente consideradas no *hall* de indicadores voltados para a governança nos ODS. Já os aspectos de eficácia, integridade e transparência são mencionados de forma mínima. Observa-se maior relevância de elementos da categoria de integração e cooperação entre *stakeholders*.

Dado esse cenário, presume-se que a verificação do progresso e identificação de áreas prioritárias de ação quanto aos aspectos de governança da Agenda 2030 está inclinada à estagnação.

Mesmo que alguns elementos de governança sejam passíveis de mensuração por meio dos indicadores postos, a sua concepção não abarca diversos aspectos desejáveis do que a literatura caracteriza como “boa governança”, o que limita a identificação de áreas prioritárias e ação estratégica de governança entre as nações e demais *stakeholders* no âmbito do DS, bem como o desenvolvimento de práticas e políticas mais abrangentes de governança.

O *hall* de indicadores desenhados para a governança dos ODS se concentram em aspectos de integração e cooperação entre países, utilizando de métricas e dados já utilizados nos fluxos econômicos e comerciais. É notada a ausência de indicadores pautados pelas dimensões ambiental e social no manejo da governança em nível global.

Uma agenda de pesquisas futuras pode explorar as dificuldades da elaboração e consolidação de indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação de governança em escala global.

Referências

Costa, G. B. da et al. (2012). Desenvolvimento sustentável: governança e indicadores para o setor público. *Revista Grifos*, n. 32-33.

Grupo Banco Mundial. (2017). *Governança e a lei*. Washington: Banco Mundial. Relatório do desenvolvimento mundial.



Independent Evaluation Group (IEG). World Bank. (2007) *Sourcebook for evaluating global and regional partnership programs indicative: principles and standards*. Washington: IEG.

International Federation Of Accountants (IFAC). (2001). *Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective International Public Sector Study*. Nova Iorque: IFAC.

Matias-pereira, J. (2008). *Manual de gestão pública contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Atlas.

May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

Programa das Nações Unidas (PNUD). (2015). *Plataforma para agenda 2030*. Recuperado em 20 junho, 2017, de <http://www.agenda2030.com.br/consulta.php>. Documento *online* não paginado.

Nações Unidas. (2008). *Achieving sustainable development and promoting development cooperation: dialogues at the economic and social council*. Nova Iorque: Nações Unidas. Economic & social affairs.

SOUZA, S. M. A. & CÂNDIDO, G. A. (2009). Relações entre as formas de governança de arranjos produtivos com a competitividade e o desenvolvimento local sustentável. *Revista Gestão Industrial*, 5(1), pp. 161-187.

Stoddart, H. (ed.) et al. (2011). *A pocket guide to sustainable development governance*. Stakeholder Forum. Commonwealth Secretariat.

Sustainable Development Solutions Network (SDSN). (2014). *Indicators for sustainable development goals: a report by the leadership*. Council of the Sustainable Development Solutions Network. [s.l.]: SDSN.

World Bank Institute. *Governance matters 2008: Indicadores de governança 1996-2007*. (2008). Documento *online* não paginado.

ⁱ [...] structures, functions, processes, and organizational traditions that have been put in place within the context of a program's authorizing environment "to ensure that the [program] is run in such a way that it achieves its objectives in an effective and transparent manner.

ⁱⁱ The public sector, business, and other stakeholders commit to good governance, including transparency, accountability, access to information, participation, an end to tax and secrecy havens, and efforts to stamp out corruption.

ⁱⁱⁱ There is now acceptance of the fact that we need to bring about a shift to a more inclusive concept of governance, including cooperation of various levels of government, the private sector and civil society (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 21.).

^{iv} Tradução de Oliveira et al (2009) do original: *openness; integrity; accountability*.

^v Tradução de Oliveira et al (2009) do original: *standards of behavior; organizational structures and processes; control; external reporting*.

^{vi} *The precautionary principle; polluter pays principle; common but differentiated responsibilities; access to information, participation and justice; the global commons; intergenerational equity; commonwealth principles on the reform of international institutions*.

^{vii} No *hall* de indicadores do ODS 16, entende-se como pertinente a análise dos itens das metas 16.5, 16.8, 16.10 e 10.a, referentes ao fortalecimento das instituições para o DS. Os indicadores das metas 16.1, 16.2, 16.3 e 16.se referem aos temas de justiça e construção de sociedades pacíficas, sendo desconsiderados para os fins deste trabalho.